



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14062593>

e-ISSN: 2177-8183

**(IN)VISIBILIDADE DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:
PERSPECTIVAS ACADÊMICAS EM CONSTRUÇÃO NA/PARA UTILIZAÇÃO DO
GRUPO DE TRABALHO COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA**

***(IN)VISIBILITY OF THE RIGHTS OF PEOPLE WITH DISABILITIES: ACADEMIC
PERSPECTIVES UNDER CONSTRUCTION IN/FOR THE USE OF THE WORKING
GROUP AS A METHODOLOGICAL STRATEGY***

***(IN)VISIBILIDAD DE LOS DERECHOS DE LAS PERSONAS CON
DISCAPACIDAD: PERSPECTIVAS ACADÉMICAS EN CONSTRUCCIÓN PARA
LA UTILIZACIÓN DEL GRUPO DE TRABAJO COMO ESTRATEGIA
METODOLÓGICA***

Leilany Marry Brizolara Silva
leilanybrizolara@gmail.com
Mestranda - UNEB

Marcia Torres Neri Soares
mtsoares@uneb.br
Doutora (UFPB). Professora da UNEB

RESUMO

Os direitos das pessoas com deficiência comumente são negligenciados gerando, sob o ponto de vista deste estudo, sua (in)visibilidade, ora pelo entendimento da existência desses direitos e a ideia de uma espécie de proteção e/ou favoritismo à pessoa com deficiência, ora pelo seu silenciamento e negligência as suas principais necessidades. A compreensão, advinda de pesquisas realizadas, bem como da experiência das autoras do presente texto, converge para a necessidade de promover estudos e investigações acerca da temática e assim, favorecer sua ampla difusão. Nosso objetivo, portanto, é apresentar reflexões iniciais de pesquisa em

andamento, aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa, sobretudo das possibilidades de realçar o uso do Grupo de Trabalho (GT), estratégia utilizada para/na visibilidade dos direitos das pessoas com deficiência, no campo das produções científicas brasileiras. Com base no trabalho apresentado, especialmente sob o crivo metodológico da pesquisa-ação na forma de uma intervenção sistematizada por um GT, é possível depreender a relevância de elaborar propostas com os colaboradores, especialmente em pesquisas com centralidade nos direitos das pessoas com deficiência, como o caso relatado. O levantamento teórico ratifica, embora sejam expressivos o teor e aplicabilidade das pesquisas identificadas, a necessidade de investimento em propostas de intervenção na consecução de ações concretas com vistas ao reconhecimento e legitimidade dos direitos das pessoas com deficiência, assim como a ampliação e/ou ressignificação dessa e de outras intervenções, conforme características e condições metodológicas enfrentadas em diferentes lócus de intervenção. Outrossim, há poucos registros acerca do GT nas pesquisas identificadas no levantamento, sugerindo uma avaliação futura do uso na pesquisa relatada, a fim de indicar outras perspectivas de análise no cerne da produção acadêmica sobre direitos das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Direitos. Pessoas com Deficiência. (In)visibilidade. Grupo de Trabalho. Intervenção.

ABSTRACT

The rights of People with Disabilities are commonly neglected, generating, from the point of view of this study, their (in)visibility, either by understanding the existence of these rights and the idea of some protection and/or favoritism to the person with disabilities, or by silencing and neglecting their primary needs. The understanding arising from research carried out, as well as from the experience of the authors of this text, converges to the need to promote studies and investigations on the subject and thus favor its wide dissemination. Our objective, therefore, is to present initial reflections of ongoing research approved by the Research Ethics Committee, especially the possibilities of highlighting the use of the Working Group (WG), a strategy used for/in the visibility of the rights of People with Disabilities, in the field of Brazilian scientific productions. Based on the work presented, especially under the methodological framework of action research in the form of an intervention systematized by a WG, it is possible to infer the relevance of elaborating proposals with collaborators, especially in research with a centrality in the rights of People with Disabilities, such as the case reported. The theoretical survey confirms, although the content and applicability of the identified research are expressive, the need to invest

in intervention proposals in the achievement of concrete actions with a view to the recognition and legitimacy of the rights of People with Disabilities, as well as the expansion and/or resignification of this and other interventions, according to characteristics and methodological conditions faced in different intervention locus. Furthermore, there are few records about the WG in the research identified in the survey, suggesting a future evaluation of the use in the reported research to indicate other perspectives of analysis at the heart of the academic production on People with Disabilities rights.

Keywords: Rights. Persons with Disabilities. (In)visibility. Workgroup. Intervention.

RESUMEN

Los derechos de las Personas con Discapacidad frecuentemente son desatendidos, causando, desde la perspectiva de este estudio, su (in)visibilidad. Esto ocurre a veces debido a la falta de comprensión sobre la existencia de estos derechos y la idea de una especie de protección y/o favoritismo hacia las personas con discapacidad, y otras veces debido a su silenciamiento y negligencia en relación a sus necesidades fundamentales. Las investigaciones realizadas y la experiencia de las autoras de este texto, convergen hacia la necesidad de promover estudios e investigaciones sobre esta temática y, así, favorecer su amplia difusión. Nuestro objetivo es presentar reflexiones iniciales de una investigación en curso, aprobada por el Comité de Ética de Investigación, apuntando, principalmente, las posibilidades de resaltar el uso del Grupo de Trabajo (GT) como estrategia para visibilizar los derechos de las Personas con Discapacidad en el campo de las producciones científicas brasileñas. Basándonos en el trabajo presentado, especialmente bajo el enfoque metodológico de la investigación-acción a través de una intervención sistematizada por un GT, se puede inferir la relevancia de elaborar propuestas junto con los colaboradores, especialmente en investigaciones centradas en los derechos de las Personas con Discapacidad, como en el caso que se relata. El análisis teórico ratifica la necesidad de invertir en propuestas de intervención para lograr acciones concretas que reconozcan y legitimen los derechos de las Personas con Discapacidad, así como ampliar y/o resignificar estas y otras intervenciones según las características y condiciones metodológicas que se enfrentan en diferentes contextos de intervención. Por otro lado, hay pocos registros sobre el uso del GT en las investigaciones identificadas inicialmente, lo que sugiere una evaluación futura de su aplicación en la investigación mencionada, con el objetivo de señalar otras perspectivas de análisis en el corazón de la producción académica sobre los derechos de las Personas con Discapacidad.

Palabras clave: Derechos. Personas con Discapacidad. (In)visibilidad. Grupo de Trabajo. Intervención.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de pesquisas no campo da produção acadêmica sobre pessoas com deficiência tem propiciado nosso olhar para a legitimidade de seus direitos, no âmbito das políticas públicas, com cuidado e interesse. Desse modo, o presente texto emerge das preocupações advindas do percurso profissional e acadêmico de duas profissionais, uma assistente social e pedagoga e outra pedagoga, e suas interseções com o público aludido. Ademais, o texto também resulta das primeiras aproximações da pesquisa intitulada “Fórum Municipal como possibilidade de visibilidade dos direitos das pessoas com deficiência: proposta de diálogos institucionais em Serrinha/BA”, mais especificamente com sua proposta de intervenção em um Programa de Pós-Graduação de uma universidade pública baiana.

Nosso objetivo, portanto, é apresentar reflexões iniciais desta investigação, sobretudo das possibilidades de realçar a temática no campo das produções científicas brasileiras. Desse modo, faz-se importante descrever a gênese de nosso interesse pelo tema e conduzir o leitor nas reflexões pretendidas.

O objeto de investigação - a (in)visibilidade dos direitos das pessoas com deficiência - decorre da experiência na condição de especialista em Atendimento Educacional Especializado (AEE) em um órgão responsável pelo acompanhamento de estudantes, público da educação especial, responsável em ofertar o AEE para

peças com deficiência, Transtornos do Espectro Autista (TEA), altas habilidades/superdotação e com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Numa primeira dimensão, três aspectos merecem ser explicitados para conduzir o leitor nas reflexões pretendidas.

O primeiro aspecto reside no entendimento da (in)visibilidade como eixo central de análise. Assim, embora nossa experiência, em maior ênfase, ratifique situações de invisibilidades dos direitos das pessoas com deficiência, resta-nos a ideia da visibilidade, constituída sob três importantes prismas: a) sua base conceitual como necessária para o entendimento de sua negação ou ausência; b) a preponderância de, mesmo ao enxergar os direitos ou a própria pessoa com deficiência, destinar-lhe situações complexas de apagamento de suas diferenças; e c) uma condescendência metodológica em superar nossa experiência profissional e acreditar em achados da/na investigação convergentes e divergentes para esse campo conceitual, tanto do ponto de vista da visibilidade, quanto de sua invisibilidade na legítima e correspondente tradução de (in)visibilidade.

O segundo aspecto perpassa as concepções centrais do estudo. Como o público do *lócus* da investigação em apreço abrange pessoas com NEE, faz-se necessário fazer algumas distinções. Desse modo, a deficiência aqui é compreendida sob o ponto de vista de sua produção social como advoga Diniz (2007), sendo, portanto, balizados os aspectos culturais e de outras ordens na constituição da identidade das pessoas com deficiência. Essa compreensão confere a ideia de nem todas as pessoas com deficiência apresentarem uma NEE, termo usado para descrever as necessidades específicas de aprendizagem apresentadas por alguns estudantes. Essas necessidades estão relacionadas à grande capacidade ou à dificuldade de aprendizagem, as quais requerem apoio adicional,

atendimento especializado ou ajustes no ambiente, de forma a contemplar uma educação inclusiva.

O termo foi disseminado com base na Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), cuja concepção bem abrangente versou sobre a possibilidade de todos terem NEE de forma temporária ou permanente. O documento orienta para um sistema único, capaz de promover uma educação para todos, mas pessoas com NEE não equivalem a pessoas com deficiência como comumente é confundido por alguns profissionais da educação, afinal, mesmo sem uma deficiência, alguém pode ter uma NEE, por exemplo. Também ressaltamos ser esta uma terminologia e público correspondentes ao utilizado no *lócus* de nossa investigação.

Finalmente, o terceiro aspecto alude ao público da Educação Especial, modalidade da educação brasileira, conforme legislação vigente (Brasil, 1996). Embora o público especificado também no presente trabalho, além de as pessoas com deficiência compreenderem as pessoas com TEA e altas habilidades/superdotação, a exemplo do realizado em outros estudos, temos escolhido a condição de deficiência como representativa para este público por acreditar em sua definição, tal como apresentada neste texto, como simbólica para as situações cotidianas de preconceitos e estigmas a que essas pessoas são submetidas.

Tendo elucidado tais aspectos, como dissemos, o interesse pelo tema advém, em primeira instância, de nosso percurso profissional. Assim, durante nossa trajetória na Educação Básica e Superior, foi perceptível em muitos momentos a falta da garantia de direitos de pessoas com deficiência, seja no âmbito educacional, social ou cultural. Em vista disso, em nossa experiência, muitos colegas de trabalho questionam como a instituição ou mesmo nossas pesquisas podem intervir de forma

positiva para a promoção da visibilidade desses direitos, considerando que, por diversas vezes, presenciamos sua violação.

Para fins de organização na discussão do tema, além deste excerto introdutório com aspectos cruciais para seu entendimento, o presente texto está dividido em seções. Na próxima seção, “Direitos das pessoas com deficiência no Brasil e produções acadêmicas: o Grupo de Trabalho em propostas de intervenção”, discutimos as produções teóricas sobre a garantia de direitos de pessoas com deficiência, mais especificamente, as contribuições do Grupo de Trabalho (GT) em pesquisas de intervenção voltadas aos direitos deste público. Tais discussões subsidiam as análises pretendidas na seção subsequente intitulada “Aproximações às experiências vividas com pessoas com deficiência: interfaces com a pesquisa em andamento sob o ponto de vista do GT”. Nesta seção, versamos sobre a interlocução entre a produção acadêmica base para/na construção deste texto e as experiências advindas como profissionais da educação básica de órgãos gestores e escolas com matrícula de pessoas com deficiência e a pesquisa em andamento, para então, arrematarmos os principais resultados do estudo e apresentarmos nossas “Considerações Finais”. Na sequência, iniciamos nossas primeiras incursões teóricas.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E PRODUÇÕES ACADÊMICAS: O GRUPO DE TRABALHO EM PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Esta seção objetiva discutir produções teóricas sobre a garantia de direitos de pessoas com deficiência, mais especificamente, à guisa de estudos sobre pesquisas

interventivas e a utilização do GT como estratégia de visibilidade desses direitos. Antes de adentrar essas produções teóricas, explicitamos algumas ponderações básicas para as reflexões pretendidas. Desse modo, conforme acreditamos, buscar promover a inclusão social é assunto recorrente no nosso dia a dia, mas percebemos uma distância em concretizá-la de forma plena. Precisamos ainda de muita luta e de ações afirmativas para a promoção de uma consciência inclusiva em toda sociedade, bem como insistir na contribuição com o conhecimento acerca dos direitos das pessoas com deficiência no âmbito das políticas públicas de inclusão brasileiras.

No tocante ao processo inclusivo de pessoas com deficiência, ainda há muito a evoluir, pois vivemos em um período com forte traço de exclusão dessas pessoas na sociedade. Infelizmente, encontramos diversas barreiras e/ou impedimentos de uma participação plena e efetiva nos diferentes espaços sociais.

Como responsabilidade coletiva, faz-se necessário promover diversas ações que ponham a inclusão em pauta como algo de extrema urgência. Sendo assim, construir espaços de diálogos para buscar caminhos de inclusão de pessoas com deficiência é de grande relevância para a possibilidade de um mundo com mais equidade e justiça social. Isso inclui a criação de ambientes acessíveis, a promoção da sensibilização e o cumprimento de leis e regulamentos para salvaguardar seus direitos. Desse modo, precisamos fomentar ações para a promoção da visibilidade, a exemplo da representatividade de pessoas com deficiência de maneira autêntica e positiva, a ampliação da oferta de trabalho com condições de acesso e permanência, o exercício da cidadania e a acessibilidade nos diversos espaços públicos, entre outras ações.

Nas reflexões aqui pretendidas, parece-nos imperioso apresentar um conceito de visibilidade. As relações sociais experimentadas em diferentes comunidades

implicam o reconhecimento de corpos diversos e suas múltiplas e facetadas formas de ser e estar no mundo. O (não) reconhecimento da existência desta diversidade, contudo, pode realçar ou apagar o conjunto de direitos e as barreiras subsequentes na valoração de diferentes condições humanas. Habitar um corpo diferente pode provocar movimentos inusitados quando na garantia de seus direitos, tendo em vista que relações sociais e a própria condição de deficiência são perpassadas pela (não) oferta de oportunidades a diferentes pessoas. Existir, portanto, não é um ato isolado, pois depende de ser notado, de ser visível. Para Aubert e Haroche (2013, p.13), “o invisível tende a significar o insignificante e, mais, o inexistente”. Sendo assim, a imposição da visibilidade na sociedade atual estabelece uma condição para a pessoa existir socialmente, considerando não sendo visível, não poder ser reconhecida.

Por conseguinte, a invisibilização de pessoas com deficiência está atrelada ao desconhecimento e à desinformação, pois sempre está ligada à ideia de se não conheço, não existe. Isso traz consequências desastrosas a exemplo do apagamento dos sujeitos, mitificação, preconceito, inclusive de não ter seus direitos assegurados, acarretando prejuízos imensuráveis à sua vida.

A miríade de situações produtoras de sujeitos “invisíveis” envolve o não reconhecimento de sua forma de existir, a falta de identificação, suas demandas e o desconhecimento sobre quem são e se têm seus direitos garantidos. Esse processo corrobora a falta de efetivação de políticas públicas direcionadas à inclusão e à acessibilidade, aumentando exorbitantemente as situações de violações sofridas em seu cotidiano.

Isto posto, a forma como pessoas com deficiência são entendidas, vistas ou silenciadas, é notoriamente um empecilho à sua participação plena na sociedade,

promovendo diversas barreiras em diferentes espaços e de formas perversas, vedando sua inclusão social.

Para consubstanciar a inclusão, são necessárias mudanças culturais e/ou sociais não tão fáceis de concretizar, tendo em vista concepções negativas a respeito das pessoas com deficiência, disseminadas por diversas gerações, as quais incidem sobre a incorporação de preconceitos por outras gerações e com maior dificuldade de superação. Segundo Cavalca (2022, p. 71), a inclusão:

[...] deixa de ser apenas o reverso de exclusão para se configurar também como o processo de modificação da organização social, para ampliar sua capacidade de respostas eficazes a todas e a cada pessoa; ao mesmo tempo em que, como paradigma fundamentado nos direitos humanos, conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e incita a sociedade a criar alternativa para a superação da exclusão por meio da quebra de barreiras historicamente construídas.

Entendendo a existência dessas barreiras historicamente construídas, fica notória a importância de ações para mudança das convicções e/ou opiniões existentes, ou mesmo o combate ao preconceito, ao oportunizar novos conhecimentos sobre a concepção de deficiência e, conseqüentemente, contribuir com a formação de uma sociedade mais justa.

Ao discutir o respeito à garantia de direitos da pessoa com deficiência, podemos nos remeter a um leque de situações de (des)respeito a essas pessoas. Vale ressaltar a existência de direitos garantidos desde a nossa constituição (Brasil, 1988) no tocante a pessoas com deficiência, dando início a um conjunto de leis destinadas aos direitos de pessoas com deficiência.

A noção de diversidade humana, igualdade de direitos e respeito às diferenças, associada a um contexto de lutas em favor das condições de inclusão de

peças com deficiência, favoreceu a criação de leis importantes, como exemplifica a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (Brasil, 2008), significando um relevante marco do ponto de vista dos direitos educacionais alusivos à inclusão desse público.

De igual modo, do ponto de vista dos direitos políticos, sociais e civis, obtivemos outras conquistas como a Lei nº 12.764, responsável por instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012). Em 2002, foi sancionada a Lei nº 10.436, instituindo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão no país (Brasil, 2002).

Em 2015, num cenário de lutas pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência, surge a Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como LBI, “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à cidadania” (Brasil, 2015). Além destas leis, outros mecanismos legais foram criados durante longos anos, tornando nosso acervo de leis um dos mais abrangentes do mundo.

Muito embora reconheçamos a inegável contribuição e a representatividade política e social dos mecanismos legais destacados, a perpetuação do seu não cumprimento e a geração de diversas barreiras ainda é uma realidade. Logo, lutar pela efetivação de direitos é algo necessário e requer urgência mediante ações reparadoras e afirmativas para equiparar um dano histórico vivido pelas pessoas com deficiência.

Para conquistar essa equidade, é imprescindível uma mudança de pensamento social sobre a pessoa com deficiência e acreditar nessa mudança como capaz de reverberar nas gerações futuras. Portanto, buscar essa mudança social e

cultural é uma luta incessante de todos os sujeitos envolvidos na implementação da cidadania e na inclusão de grupos em condição de vulnerabilidade.

Pensar na pessoa com deficiência e suas relações com o meio social nos levaria a interrogar sobre as condições sociais enfrentadas em seu cotidiano e como essas pessoas potencializam sua inclusão ou exclusão social, bem como nas formas de proporcionar novas reflexões/ou de possíveis sugestões de caminhos. Nesse aspecto, os colaboradores da pesquisa devem ser vistos como multiplicadores e sujeitos ativos, participantes e problematizadores de situações, completamente capazes de construir novos conhecimentos.

Tendo feito essas ponderações iniciais, interessou-nos realizar levantamentos em bases de dados relevantes no cenário acadêmico brasileiro, doravante compartilhados, a fim de proceder a análises e a aproximações com o objetivo deste texto. Assim, escolhemos duas bases: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As bases foram escolhidas em razão da ampla veiculação de pesquisas apresentadas, respectivamente, em formato de: a) artigos publicados em revistas/periódicos com legitimidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio de seu sistema de avaliação *qualis*; e b) em sua forma original sob versão de dissertação ou tese.

No repositório da SciELO, objetivamos a busca de produções sobre o projeto de intervenção e GT nos últimos cinco anos, de 2019 a 2023. Nesta busca, foram utilizados os seguintes descritores: Grupo de trabalho, intervenção, separados por vírgula, selecionada a opção artigos em português, ações feitas com o intuito de direcionar ao assunto. O uso dos dois descritores justifica-se pelo universo ter se tornado ainda mais restrito ao utilizar outros descritores. Também ponderamos sobre textos não específicos sobre a deficiência oportunizarem o contato com outras

pesquisas interventivas com aderência ao uso do GT. Embora tenha havido um esforço, foram encontrados apenas nove artigos neste espaço temporal, a partir da leitura de seus respectivos resumos.

Deste modo, após a leitura de seus resumos, percebemos nos nove artigos encontrados ausência do uso do GT nos moldes adotados por nós. Entretanto, Brino e Gonzaga (2021) trazem em seu trabalho a formação de dois grupos como estratégia de separação, como forma de obter os resultados da pesquisa por meio de um estudo comparativo.

Ao apreciarmos o trabalho de Lessa *et al.* (2019), percebemos sua relação com o nosso, considerando que ambos fazem uso do processo interventivo. Nesse caso, os autores descrevem intervenções em saúde do trabalhador, voltadas aos servidores da universidade, na perspectiva da construção de estratégias para ações de promoção, reabilitação e educação em saúde do trabalhador. Sob nossa perspectiva metodológica, a intervenção é utilizada como ferramenta para investigar, analisar e solucionar os recorrentes acontecimentos com relação à problemática da pesquisa, com o intuito de favorecer propostas para serem utilizadas visando à superação e/ou à minimização da negligência em garantir os direitos de pessoas com deficiência.

O estudo de Fornari e Fonseca (2023) mostra a potencialidade da intervenção educativa para a compreensão e transformação da realidade de seu trabalho, trazendo uma semelhança com nossa pesquisa no tocante ao uso interventivo como meio de transformação de uma realidade, no nosso caso, a vida/direitos de pessoas com deficiência. Por seu turno, Gomes, Maheirie e Corrêa (2022), em suas análises, destacam o dispositivo grupal como instrumento de intervenção e como ferramenta de escuta e acolhimento para desenvolver potencialidades na constituição do sujeito. Em vista disso, percebemos uma possível aderência ao nosso trabalho.

Nesta perspectiva, com a leitura dos trabalhos, percebemos o uso de formação de grupos de formas diversas, porém sem muita relação com o GT como ferramenta interventiva, nosso foco de pesquisa. De todo modo, os achados cooperam como novas possibilidades no desenvolvimento e/ou descoberta de outras problemáticas. Todavia, embora extremamente relevantes, ainda se evidencia uma escassez de literatura sobre o tema, trazendo desafios para seu uso nos projetos interventivos.

Perseguindo a relevância de se proceder a um levantamento mais coeso, como antes especificado, também utilizamos como fonte de consulta a BDTD. Dessa feita, pela amplitude e universo de trabalhos encontrados, em sua maioria sem relação com a temática em questão, utilizamos os descritores direitos, pessoas com deficiência, intervenção e grupo de trabalho. Com o limite temporal dos últimos cinco anos, entre 2019 e 2023, foi possível localizar dez trabalhos, apenas dois diretamente relacionados ao tema de nosso interesse, apresentados por Costa (2022) e Duarte (2023). Os demais não apresentam relação, mas, embora sem relação direta, oportunizam nuances importantes do ponto de vista metodológico, razão de terem sido brevemente contextualizados.

A dissertação de Costa (2022), embora com uma pesquisa de revisão bibliográfica, objetivou conhecer a intervenção do assistente social no atendimento a pessoas com deficiência no âmbito da Assistência Social em Juiz de Fora, com vistas à identificação das demandas trazidas pelo público atendido e às ações profissionais decorrentes em resposta a tais demandas. O trabalho nos despertou atenção, inclusive pela formação inicial de uma das autoras deste texto em Serviço Social e pela proximidade ao interesse pela pesquisa, dadas as circunstâncias de seus espaços profissionais. Desse modo, o estudo comprova a existência de limites e possibilidades no trabalho profissional na Assistência a pessoas com deficiência, a

exemplo de “[...] a precarização de políticas sociais, a falta de recursos, o preconceito, a discriminação e o desgaste da família.” (Costa, 2022, p. 10). Ademais, destaca como possibilidades “[...] o fortalecimento dos equipamentos e dos recursos humanos, a integralidade e o alinhamento das políticas, além do compromisso ético-profissional.” (Costa, 2022, p. 10).

Para esta autora, há necessidade de estudos posteriores para/no aprofundamento do tema. Especificamente, este texto pode sugerir uma vivência mais próxima com situações de desrespeito aos direitos das pessoas com deficiência no campo da assistência social. Tal dado pode justificar nosso interesse pelo tema em nível de pós-graduação *stricto sensu* por serem recorrentes situações de negligência e discriminação ao público aludido, algo bastante evidenciado nessa atuação, conforme indicam resultados do estudo.

Por seu turno, Duarte (2023) desenvolve em sua dissertação uma intervenção para Acompanhantes de Pessoas com Deficiência (APD) e as impressões decorrentes de seu convívio com essas pessoas, especificamente com Deficiência Intelectual (DI) em diferentes espaços. Como produto, com base nessas narrativas, foi elaborado “[...] um áudio-vídeo na perspectiva de fomentar o diálogo sobre o trabalho desenvolvido por essas profissionais e os demais serviços da Rede de Atenção à Saúde e intersetoriais, de modo a favorecer a participação social das pessoas com deficiência intelectual” (Duarte, 2023, p. 14). O texto oportuniza o contato com um bom levantamento teórico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, nesse caso, iluminando novas perspectivas de análise ao nosso estudo. Além disso, ajuda a fortalecer a ideia de pesquisas interventivas por apresentar um produto importante para/no diálogo com participantes da pesquisa.

Já a dissertação de Machado (2020) não apresenta relação com o tema desta investigação, antes analisa a deficiência visual, cujos resultados apresentam a

baropodometria - definida pela autora como método de avaliação de estabilidade postural - como um mecanismo possível para o equilíbrio de pessoas com essa especificidade. Também a dissertação de Oliveira (2022) se distancia do nosso objeto ao cumprir a finalidade de analisar a utilização de jogos como recurso didático-pedagógico da prática de ensino na perspectiva da educação inclusiva, tendo também a deficiência intelectual como foco de atenção.

O trabalho dissertativo de Silva (2023) também não apresenta aderência ao campo de investigação, base para a feitura do presente texto, conquanto apresenta contribuições metodológicas face à utilização da pesquisa-ação, ao objetivar identificar quais Direitos Humanos são percebidos por estudantes do Ensino Médio, antes, durante e após uma intervenção educacional.

Por seu turno, a tese de Moura (2021) também se distancia do nosso foco por se comprometer com a implementação do domínio Participação da Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) para identificar barreiras e facilitadores para a implementação e do nível de propensão à mudança dos profissionais da reabilitação.

Gomes (2023), em sua dissertação, apresenta um estudo importante na simplificação da comunicação jurídica com os usuários das ações previdenciárias, especialmente quanto à linguagem escrita utilizada no documento final da sentença, ação importante no contexto da visibilidade de direitos, sem, contudo, relacionar-se ao tema específico abordado neste texto.

Sem relação com o tema, é a vez da tese de Marcacine (2020) analisar as LER/DORT, descritas como um fenômeno crônico e psicossocial, e indicar ações de saúde frente a esta população. Também a tese de Oliveira (2022) desenvolve investigação no campo dos estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos, mais especificamente sobre a violência contra as mulheres. De igual

modo, em sua dissertação, Rodrigues (2019), ao investigar a segurança pública, oportuniza uma proposta de intervenção para a criação de uma política de segurança institucional com vistas a oferecer segurança à comunidade acadêmica.

Com base nos levantamentos realizados, concluímos sobre a relevância de envidar esforços na consecução de pesquisas interventivas com o uso do GT, haja vista a escassez de trabalhos acerca do tema, mas também de sua viabilidade, como ratifica a pesquisa desenvolvida. Dessa forma, desejamos iniciar nossas aproximações de modo a fortalecer e quiçá incentivar sua utilização no cerne de pesquisas aplicadas. A seguir, convidamos o leitor a perceber algumas das possibilidades de utilização dessa estratégia metodológica.

APROXIMAÇÕES ÀS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: INTERFACES COM A PESQUISA EM ANDAMENTO SOB O PONTO DE VISTA DO GT

Ao longo da nossa trajetória de trabalho e da constante relação com pessoas com deficiência, percebemos diversos contextos de violação de seus direitos. Sendo assim, buscar uma forma de sanar e/ou minimizar os efeitos dessa problemática nos levou ao projeto de intervenção, entendendo-o como um plano estruturado e organizado, visando a intervir em uma determinada situação, problema ou contexto social, com o objetivo de promover mudanças significativas no local da investigação (Pereira, 2019).

O projeto de intervenção envolve uma análise detalhada da situação com objetivos e também com a identificação dos recursos necessários e a elaboração de estratégias, sem esquecer da implementação das ações planejadas. Conta com o

monitoramento e a avaliação dos resultados obtidos, tudo isso com o objetivo de promover mudanças positivas e solucionar ou ao menos elucidar e melhor compreender problemas em diferentes contextos.

Nesse sentido, surgiu a necessidade de promover uma intervenção voltada para a ausência de visibilidade dos direitos de pessoas com deficiência, com vistas a oferecer uma possível solução para a problemática. Sendo assim, é relevante criar um projeto interventivo com total participação dos sujeitos por ratificar a importância de garantir suas vozes, tendo como inspiração o lema “nada sobre nós sem nós” (ONU, 2008), amplamente difundido e enfatizado por meio da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Por conseguinte, a elaboração do projeto se deu na busca de estratégias para a formalização de um produto de representatividade dessas vozes, mote da ação em andamento.

O GT justifica-se como ação executada em um pequeno espaço de tempo, sendo capaz de criar possibilidade de visibilidade de direitos e inclusão social em médio e longo prazo. Desta forma, foram instituídos encontros como estratégia na busca da participação ativa da comunidade no processo de resolução dessa problemática para desenvolvimento do senso de responsabilidade coletiva e seu empoderamento.

O GT serve como espaço participativo para uma leitura crítica da situação, na perspectiva de sanar, ou como antes afirmamos, ao menos problematizar as dificuldades. Em nosso caso, uniu pessoas interessadas em discutir sobre a temática ligada a situações de (des)respeito vividas pelas pessoas com deficiência e seu impacto na (in)visibilidade social.

Sendo assim, ter uma compreensão ampla sobre GT é de fundamental importância na busca por alcançar os objetivos. No entanto, como explicitado na seção anterior, encontramos algumas dificuldades de acesso a literaturas com

abordagem sobre esse tema. Ao perseguir mais uma tentativa de investigação/levantamento teórico sobre o tema, vale ressaltar o fato de as literaturas extraídas do *google* acadêmico e sem delimitação de tempo, as quais também usamos como referência para o estudo, não trazerem em seu escopo especificamente sobre GT no campo educacional, mas, sim, seu uso em ações ligadas à área da saúde.

Em uma delas, Tuckett (2010) demonstra o uso do GT sobre métodos clínicos comparativos no campo psicanalítico. Já Ludtke, Olivo e Seady (2014) relatam sobre a composição de um GT de apoio às equipes da rede básica de saúde em uma análise de uma situação de desastre. Ambos os trabalhos sugerem a eficácia do GT na resolução de problemas de interesse comum ao grupo investigado.

O campo metodológico, portanto, utilizado para a intervenção parcialmente compartilhada neste texto, seguiu o campo de abordagem qualitativa, tendo como procedimento metodológico a pesquisa-ação. Para Pereira (2019), a pesquisa-ação sugere uma *práxis* imbricada numa solução de um problema. Assim, essa afirmação ajuda a sustentar a opção por uma proposta interventiva, pois o apresentado na tessitura do projeto justifica a grande necessidade de promoção da visibilidade dos direitos das pessoas com deficiência para uma possível inclusão social.

Como estratégia, escolhemos o GT com o dispositivo de sessões reflexivas nas quais os colaboradores, a partir de suas experiências, contribuíram e contribuem na construção de caminhos para superar a discriminação e a negação de direitos vividas pelas pessoas com deficiência. As Sessões reflexivas, segundo Vieira (2021, p.74), propiciam uma oportunidade “[...] de análise crítica e compartilhamento de ideias para aperfeiçoamento e desenvolvimento, apontam que há uma identificação com a proposta, pois a consideram como uma prática essencial e muito positiva.”.

Então, as sessões reflexivas ajudaram/ajudam o GT na tarefa de construir uma consciência crítica e reflexiva com seus colaboradores.

A proposição interventiva foi planejada para acontecer em cinco reuniões de GT, com o objetivo de fazer interlocução entre os atores envolvidos na busca da visibilidade e participação plena das pessoas com deficiência e suas famílias. Embora estejamos no início dessa ação, consideramos a pertinência de apresentar os desafios para/na organização dos GT e suas bifurcações com o objeto do estudo em apreço.

Primando pelo respeito a todas as falas com interação entre todos os sujeitos de forma harmoniosa e respeitosa, a escolha da metodologia visou a investigar, a analisar e a solucionar os recorrentes acontecimentos com relação à problemática da pesquisa. Pereira (2019, p.86-87) vem reafirmar o sentido da pesquisa-ação quando diz que “A pesquisa-ação se define pela solução de um problema social através de uma ação pensada e articulada com o grupo envolvido na problemática, portanto os envolvidos na busca da solução problema são coparticipantes da pesquisa”.

No amplo espectro da pesquisa-ação, necessitamos elaborar um projeto de intervenção, visto que, segundo Pereira (2019 p. 29), “não basta dizer que a pesquisa é aplicada, é preciso definir a metodologia da ação, a abordagem, as intenções, as técnicas de análise das informações, entre outros.” No caso específico da pesquisa realizada, o projeto de intervenção foi de grande relevância porque buscou investigar os processos de invisibilidade das pessoas com deficiência, usuárias do Centro de Atendimento Pedagógico a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Capene) do município de Serrinha-BA.

Dessa forma, a intervenção seguiu a criação de um GT, no intuito de possibilitar mudanças e produzir conhecimentos práticos por meio da teorização. A

escolha de GT, adicionalmente, tem como aliada a construção de ações contra qualquer forma de preconceito, exclusão e discriminação no enfrentamento a toda e a qualquer injustiça vivida pelas pessoas com deficiência, podendo orientar respostas ao sofrimento vivido por elas por falta de equidade social, levando em consideração a realidade local como também proporcionando práticas colaborativas de aprendizagem e de entrelaçamento de saberes dentro do campo das pessoas com deficiência.

Esses processos visam a atingir uma política de equidade extremamente necessária no enfrentamento das situações de desigualdades e de vulnerabilidades capazes de afetar cotidianamente pessoas com deficiência. Desse modo, o documento gerado no GT servirá como suporte para a criação de um fórum municipal para o debate de questões relevantes ao tema da construção de uma sociedade mais equitativa. Tal documento, produto da intervenção, será apresentado à sociedade e aos vereadores por uma exposição na plenária da Câmara dos Vereadores do município de Serrinha-BA, com transmissão nas redes sociais da referida instituição, conforme salvaguardam os preceitos éticos da pesquisa.

Para tanto, na/para constituição dos GT, contamos com a participação de alguns convidados, incluindo um advogado (a) e membros do Conselho Estadual do Direito da Pessoa com Deficiência (Coede) e do Conselho Municipal dos direitos das pessoas com deficiência (CMDPD) de Serrinha/BA.

A escolha da criação do GT também pode ser justificada pelo fato de se buscar um ambiente propício para as pessoas desfrutarem de um espaço onde possam expressar seus anseios e suas frustrações no tocante ao direito das pessoas com deficiência, podendo ser capaz de favorecer a criação de vínculos, um

processo de reflexão coletiva, um espaço de compartilhamento de tensões cotidianas, além de acolher e debater divergências.

Sendo assim, os processos devem ser construídos para além de definições teóricas na garantia da livre participação e expressão de forma subjetiva a respeito de suas lutas cotidianas e, nessa dialética, construir conhecimento mediante relações democráticas e horizontalizadas para se sentir integrante do GT e se dispor a contribuir.

A escolha dos colaboradores ocorreu considerando seus acúmulos de conhecimento acerca do assunto, seja de forma acadêmica e/ou por viver cotidianamente situações de estigma, preconceito e discriminação, relacionados aos processos de violação de direitos. Esses processos estão condicionados a estruturas mais amplas de poder e dominação, os quais ratificam a exclusão e a desvalorização em diversos contextos sociais.

A intenção do GT é tornar-se um espaço de diálogo, de criação e tomada de decisão como também um espaço pedagógico, um espaço de aprender e de ensinar. Para isso, o GT precisa organizar momentos de estudos e aprofundamento teórico sobre o tema, buscando formar “sujeitos reflexivos” no questionamento de seus lugares e no reposicionamento, quando necessário (Campos, 2006).

A elaboração de estratégias conjuntas traz uma melhor articulação para os desafios enfrentados e proporciona o fortalecimento das ações. Por consequência, o GT visa a ampliar a capacidade de análise crítica ou de observação dos processos vividos por pessoas com deficiência, entendendo a construção do saber de forma horizontalizada. No mais, confiamos nas contribuições dos colaboradores da pesquisa para o produto, multiplicando, assim, os conhecimentos adquiridos na intervenção.

Ao iniciarmos o processo interventivo, tínhamos consciência da relevância desse momento, especialmente pelo fato de a pesquisa necessitar ser realizada com eles, não para eles. O GT, portanto, possibilitou a efetivação prática dessa afirmação. Persequimos, desse modo, a ideia de respeito às vivências e multi-experiências dos colaboradores.

Assim, todas as etapas pensadas para a intervenção foram elaboradas com muito rigor conforme o código de ética, incluindo os acordos firmados entre as pesquisadoras e colaboradores da pesquisa. As ações foram norteadas pela valorização de cada um por meio de uma escuta atenta e respeitosa.

Num primeiro momento, seguimos o cronograma preestabelecido, tendo início em fevereiro de 2024, com previsão de finalização no segundo semestre deste mesmo ano. Assim, foi feito um primeiro encontro para apresentação da pesquisa aos possíveis colaboradores: profissionais do Capene atuando na área pedagógica, saúde, gestão, Serviço Social; e pessoa com deficiência e/ou familiar usuários do Capene.

Por consequência, partimos para a confecção dos materiais necessários para sua aplicabilidade, a exemplo de um folder informativo sobre a pesquisa, mensagem de incentivo ao trabalho em grupo, slides explicativos e a confecção de um *google forms* para sinalização da adesão.

Previamente foram determinados critérios de participação na pesquisa e apresentados aos possíveis colaboradores a exemplo de: a) Aderência às discussões teóricas e exercícios profissionais, ao tema discutido na presente pesquisa; b) Aproximação da pesquisadora a estes profissionais em razão de contatos e trabalhos desenvolvidos como professora do Capene e em constante articulação com suas respectivas instituições; c) Ser pessoa com deficiência e/ou familiar de usuário do Capene; d) Ser profissional do Capene atuante na área

pedagógica, saúde, Serviço Social e gestão; e e) Concordar com os acordos éticos da pesquisa pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A participação aconteceu pelo critério de adesão, totalizando 42 colaboradores: 21 profissionais do Capene das áreas de saúde, gestão e pedagógico, 9 familiares de pessoas com deficiência e 9 pessoas com deficiência, incluindo uma representante do CMDPD do município de Serrinha-BA e outra do Coede. Completando o quadro de colaboradores, contamos, como convidadas diretamente envolvidas com a causa da pessoa com deficiência, com uma coordenadora da Educação Especial do Município, uma advogada especialista na área de direitos de pessoas com deficiência e também mãe atípica e, por fim, com a conselheira do CMDPD, representante do município no conselho estadual. A faixa etária dos colaboradores variou de 26 a 53 anos. O critério de adesão ajudou a garantir a eficácia da pesquisa.

Ademais, o momento interventivo vem sendo muito desafiador, pois realizar uma pesquisa com um comprometimento social tão importante na vida de pessoas com deficiência é uma ação emblemática, principalmente por vivermos em uma sociedade ainda muito excludente.

A afirmação foi endossada desde o primeiro encontro, podendo destacar a fala de uma participante ao se referir a um evento promovido por uma instituição de ensino de nossa cidade: “Como é que você faz um trabalho sobre diversidade, sobre acessibilidade, sobre direitos, né? Justiça social e você chega lá e não tem intérprete de Libras? E aí chega uma fala, de uma pessoa dizer assim: ah! Se alguém do Capene for vir, tem que trazer o intérprete.” Outra participante completa dizendo: “Ou mesmo, o que aconteceu com nossos colegas com deficiência visual. Que um evento aconteceu, fizeram uma mudança no ambiente e não fizeram a

descrição do ambiente para eles, eles não sabiam que o ambiente tinha sido modificado para aquele evento.”

As falas reiteram a importância do GT como um momento de troca de saberes, ressaltando a riqueza de cada colaborador na construção do produto, tendo em vista essas pessoas vivenciarem ou presenciarem em seu cotidiano diversas situações de violação de direitos. Em vista disso, poderão contribuir de forma significativa na tentativa de remoção de barreiras físicas e estruturais, por se disporem a refletir coletivamente sobre o assunto.

Fica evidente a importância do GT na contribuição para a transformação de práticas culturais excludentes enraizadas na sociedade, proporcionando caminhos e compromissos para a promoção da visibilidade dos direitos das pessoas com deficiência e, principalmente, desenvolver estratégias no cumprimento desses direitos, contribuindo assim com uma melhor participação social e pleno exercício da cidadania.

Diante do processo interventivo, esperamos contribuir para uma sociedade mais inclusiva, buscando promover processos de visibilidade social das pessoas com deficiência e uma possível garantia de seus direitos, haja vista a existência de diversas leis (Brasil, 1988; 1996; 2015) voltadas a pessoas com deficiência, necessitando de ações para a disseminação e o cumprimento de tais políticas.

Assim, a construção do GT e do documento norteador para a elaboração do Fórum Municipal interinstitucional/ intersetorial/ interdisciplinar de Serrinha-BA pode ser de grande valia para uma possível promoção da inclusão social. Frente a todo histórico de negação de direitos e exclusão social, promover espaços de diálogos na busca da inclusão social de pessoas com deficiência é de extrema necessidade e requer muita atenção, posto que, através desses momentos de diálogos, podemos identificar barreiras e promover propostas de acesso.

Pesquisas nos moldes compartilhados e, especialmente, o uso do GT como estratégia metodológica para produção de dados parecem indicar um bom caminho para/na luta em prol dos direitos e visibilidade de pessoas com deficiência, como anunciam as considerações finais deste estudo.

CONCLUSÕES / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olhar para as produções acadêmicas sobre o direito de pessoas com deficiência, especialmente acerca de seus direitos e os subsequentes processos de (in)visibilidade, foi possível apresentar reflexões iniciais da investigação em andamento e, assim, evidenciar a temática e o uso do GT como estratégia metodológica para/na consecução dos direitos de pessoas com deficiência.

Os dados iniciais da pesquisa incidem sobre serem persistentes atitudes estigmatizantes e preconceituosas no cotidiano dessas pessoas. Assim, pessoas com deficiência têm negligenciadas suas condições de acesso e formas de participação em diferentes espaços sociais e/ou educacionais. Isso ajuda a endossar a construção da deficiência socialmente, muitas vezes imputando marcas adicionais a pessoas com deficiência em decorrência de sua invisibilidade, não da condição primeira de sua patologia.

Os dados também levam a pensar sobre as NEE, sinalizadas pelos participantes do GT, alvo de desconhecimento e, simultaneamente, de negligência em espaços sociais, haja vista as falas endossarem relativo descaso no tocante à garantia para seu acompanhamento.

Com base no trabalho apresentado, especialmente sob o crivo metodológico da pesquisa-ação na forma de uma intervenção sistematizada por um GT, é possível

depreender a relevância de elaborar propostas com os colaboradores, especialmente em pesquisas com centralidade nos direitos das pessoas com deficiência, como o caso relatado. O levantamento teórico ratifica, embora sejam expressivos o teor e a aplicabilidade das pesquisas identificadas, a necessidade de investimento em propostas de intervenção na consecução de ações concretas com vistas ao reconhecimento e à legitimidade dos direitos das pessoas com deficiência, assim como à ampliação e/ou à ressignificação dessa e de outras intervenções, conforme características e condições metodológicas enfrentadas em diferentes *lóci* de intervenção. Outrossim, há poucos registros do GT nas pesquisas identificadas no levantamento, sugerindo uma avaliação futura do uso na pesquisa relatada, a fim de indicar outras perspectivas de análise no cerne da produção acadêmica sobre direitos das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine (org). **Tiranias da Visibilidade: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva**. Brasília, MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em 05 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em 20 de junho de 2022.

BRINO, Rachel de Faria; GONZAGA, Domitila Shizue Kawakami. Prevenção de Maus-tratos Infantis: Prática em Grupo com Gestantes em Unidade de Saúde. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 41, e219782, 1-15, 2021.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Clínica e Saúde Coletiva Compartilhadas: Teoria Paideia e Reformulação Ampliada do Trabalho em Saúde. Em G. W. S. Campos, M. C. S. Minayo, M. Akerman, M. J. Drumond, Y. M. Carvalho. **Tratado de saúde coletiva**. Rio de Janeiro: Hucitec-Fiocruz, 2006.

CAVALCA, Renata Falson. **Um (outro) olhar sobre a pessoa com deficiência**: os direitos dos invisíveis. Londrina, PR: Thoth, 2022.

COSTA, Gisele Mara Cardoso da. **O assistente social no atendimento à pessoa com deficiência**: Uma análise das demandas e respostas profissionais nos serviços socioassistenciais do município de Juiz de Fora. 2022. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 324.).

DUARTE, Debora Moisés. **Narrativas sobre o percurso das acompanhantes de saúde da pessoa com deficiência da Estratégia APD no município de São Paulo**. 2023. Dissertação (Mestrado em Formação Interdisciplinar em Saúde) - Faculdade de Odontologia, Escola de Enfermagem e Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

FORNARI, Lucimara Fabiana; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Perspectiva dos profissionais da rede intersetorial sobre intervenção educativa para o enfrentamento da violência de gênero. **Escola Anna Nery**, 27, 2023.

GOMES, Marcela Andrade; MAHEIRIE, Kátia; CORRÊA, Bruna. Jovens em vulnerabilidades psicossociais: grupo como lugar de acolhimento e subjetivação política. **Psicologia em estudos**, v. 27, e47375, 2022

GOMES, Rhiana Mara Bessa. **Aplicação da linguagem simples e do direito visual nas sentenças homologatórias de acordo de concessão de benefício previdenciário**: uma proposta de implementação em audiências de conciliação na Justiça Federal do Ceará. 2023. Dissertação. 164f. Fortaleza.

LESSA, Leonardo Telles; KLEINA, Vanessa Fausto; RIBEIRO, Ivete Alves Calado; OLIVEIRA, Vânia Glória Alves de; GOMES, Valéria Cristina de Miranda; WERLANGA, Elisa; CAVALCANTI, Norma; OLIVEIRA, Cassia Almeida de ; LEMOS, Renata Rozzante; AMENDOEIRA, Maria Cristina; CASTRO, Gláucia Regina Motta da Silveira; JARDIM, Sílvia Rodrigues; ROTENBERG, Lucia. O Projeto de Atenção à Saúde Mental dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Prasmel: 20 anos. Dossiê/Relato de experiência Intervenção em Saúde do Trabalhador, **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 34 -44, 2019.

LUDTKE, Manoela Fonseca; OLIVO, Vânia Maria Fighera; SEADY, Daniela Kaufmann. Composição de um grupo de trabalho de apoio às equipes da rede básica de saúde: análise em uma situação de desastre. **Aletheia** 45, p.42-55, set./dez. 2014.

MACHADO, Gabriela Gonçalves. **Análise da confiabilidade da baropodometria na avaliação do equilíbrio de indivíduos com deficiência visual**. 2020. 75f. Dissertação (Mestrado em Fisioterapia) - Programa de Pós-Graduação em Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2020.

MARCACINE, Patrícia Ribeiro. **Validação do WHODAS 2.0 e associações entre aspectos sociodemográficos, ocupacionais, exame físico e relato de sintomas em trabalhadores com LER/DORT**. 2020. 166f. Tese (Doutorado em Atenção à Saúde) - Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2020.

MOURA, Isabelly Cristina Rodrigues Regalado. **Implementação do domínio Participação da CIF na prática clínica de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais especializados em saúde da criança: uma abordagem baseada na Tradução do Conhecimento.** 2021. 204f. Tese (Doutorado em Fisioterapia) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

OLIVEIRA, Andréa da Silva. **Jogos pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.** 2022. 180 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores).- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2022.

OLIVEIRA, Jacqueline Mary Soares de. **O perdão que ele me pediu nunca me limpou” - Circuitos de violência contra as mulheres: o registro de uma cartografia.** 148 f. Tese (Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo/PPGNEIM) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022.

ONU. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Organização das Nações Unidas. Ministério da Justiça. CORDE, Brasil, 2008. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTI%C3%87A%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf> Acesso em 05 jun. 2024.

PEREIRA, Antonio. **Pesquisa de Intervenção em Educação.** Eduneb: Salvador. 2019

RODRIGUES, Max André Antonio. **A (in)segurança silenciosa nos campus universitários: estudo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro.** 2019. 116f . Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2019.

SILVA, Éder Junio da. **Educação Em Direitos Humanos: O Uso de Portfólios como Estratégia Educacional com Estudantes do Ensino Médio e Técnico Profissionalizante.** 2023. 114 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos. São José do Rio Preto, SP, 2023.



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14062593>

e-ISSN: 2177-8183

TUCKETT, Davi. O que são grupos de trabalho e o que podem fazer?. **Revista Brasileira de Psicanálise**, Volume 44, n.3, p.15-32, ano 2020.

UNESCO (1994) **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação – Necessidades Educativas Especiais**. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca. UNESCO (1994).

VIEIRA, Iandra Cristina. **Sessão reflexiva como prática de formação continuada em serviço**. 2020. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Formação de Formadores) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.